

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA**

GEOVANA ROMERO JÁCOME

**O PAPEL DA ESCOLA NA DESCONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS
NA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES JOVENS E ADULTOS**

Goiânia- GO

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): GEOVANA ROMERO JÁCOME

Título do trabalho:

O PAPEL DA ESCOLA NA DESCONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS NA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES JOVENS E ADULTOS

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(a)(s) autor(a)(es)(as) e ao(a) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Helou Gomide, Professor do Magistério Superior**, em 11/06/2021, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GEOVANA ROMERO JACOME, Discente**, em 11/06/2021, às 20:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Bianca Do Amaral Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



GEOVANA ROMERO JÁCOME

**O PAPEL DA ESCOLA NA DESCONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS
NA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES JOVENS E ADULTOS**

Trabalho apresentado como exigência da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Prof.^a Dra. Miriam Bianca Amaral Ribeiro

Goiânia- GO

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

JÁCOME, Geovana Romero

O papel da escola na desconstrução de preconceitos na educação de adolescentes jovens e adultos. [manuscrito] / Geovana Romero
JÁCOME. - 2021.

XLI, 41 f.

Orientador: Profa. Dra. Miriam Bianca do Amaral Ribeiro;
co orientadora Dra. Cristina Helou Gomide.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2021.

Bibliografia.

Inclui

siglas.

1. Preconceito. 2. EAJA. 3. Prática pedagógica. 4. Emancipação.
I. Ribeiro, Miriam Bianca do Amaral, orient. II. Título.

“Dedico esse trabalho a minha mãe mulher guerreira que criou três filhas e sempre me incentivou a estudar, abdicou de seus sonhos e estudos para nos ver crescer e prosperar.”

“Dedico esse trabalho a todas pessoas que não tiveram oportunidade de concluir os estudos e foram humilhados pela sua falta de escolaridade, que esses sujeitos tenham a oportunidade de voltar a escola e concluir seus estudos, para concretizar seus sonhos.”

“Dedico também a todas as pessoas, amigos, parentes, colegas de trabalho e universitários do noturno que me incentivaram e me deram forças para continuar esse trabalho, mesmo quando eu queria desistir de tudo.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente as minhas orientadoras Prof^{as}. Drs. Miriam Bianca Amaral Ribeiro e Cristina Helou Gomide, que me guiaram pelo caminho do conhecimento e me proporcionaram momentos de sabedoria ao longo desse processo. Foram inúmeras dificuldades nesse momento de Ensino Remoto por conta da pandemia, tive que enfrentar várias barreiras como, a falta de ferramentas, a falta de tempo, a angústia, o medo, o trabalho e com isso também a tristeza do luto pela perda de familiares e amigos por conta do Covid-19. Eu tinha vontade de desistir todos os dias, mas nesses momentos as orientadoras sempre me deram apoio e me incentivaram a continuar.

Nesse caminho da minha formação ganhei muitos amigos na faculdade e na vida também e agradeço imensamente a esses que estiveram presentes em toda a minha jornada. Leidiane uma pessoa esplêndida e de alma pura que me auxiliou nos momentos mais difíceis da faculdade e fez parte do momento mais importante da minha vida, Rafaela que sempre me deu apoio moral e se tornou uma ótima amiga, Daniela que me acompanhou nos meus momentos mais divertidos e tristes, Sarah que sempre me fez sorrir com o seu jeito engraçado e sábio ao mesmo tempo e também a todos os meus outros colegas de turma que me ajudaram a chegar até aqui.

Entre meus amigos pessoais agradeço ao Gustavo que esteve comigo desde a minha matrícula na Faculdade de Educação e tem um pedaço especial no meu coração, ao meu namorado Alexssandro que sempre me apoio, me deu suporte e me incentivou de todas as formas possíveis na minha formação e também aos meus pais que me fizeram realizar o sonho deles que era terminar a escola e fazer um curso na faculdade vocês são meus orgulhos.

Na faculdade de educação agradeço aos professores, Carlos que me propiciou a oportunidade de fazer o Estágio na EAJA e inspirar a produção desse trabalho, também as professoras Núbia, Virginia, Maurides, Fabian, Luciana Ponce e Maria Margarida que enriqueceram a minha formação de conhecimento e foram exemplos de professoras. A secretaria do curso que sempre atendeu minhas demandas e a todos os profissionais da FE agradeço imensamente seguiremos fortes na luta pela educação!

“Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou. Ensinou a amar a vida e não desistir da luta, recomeçar na derrota, renunciar as palavras e pensamentos negativos.”

-Cora Coralina-

RESUMO

O tema desse trabalho provem do estudo sobre o papel da escola na desconstrução de preconceitos dentro da Educação de Adolescentes Jovens e Adultos (EAJA). Os autores que fundamentaram a pesquisa foram três, para falar sobre o preconceito e suas origens José Leon Crochik, para falar a respeito do histórico da EAJA a autora Maria Margarida Machado e por final deixamos a discussões sobre a importância das práticas pedagógicas por conta do autor Paulo Freire. O caminho que construímos nesta pesquisa partiu da análise das obras e artigos dos autores relacionados ao tema, realizamos uma pesquisa bibliográfica, com análise das fontes. Como caminho metodológico, a pesquisa bibliográfica foi o passo inicial para o levantamento das informações utilizamos também fontes orais, como relatos de estudantes da EAJA e a Proposta Política Pedagógica da Escola Municipal Moacir Monclair Brandão localizada em Goiânia (GO).

Palavras-chave: Preconceito; EAJA; Prática pedagógica; Emancipação;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	8
CAPITULO I	12
Conceituando o preconceito: alguns elementos para o debate	
CAPITULO II	20
A Educação de Adolescentes Jovens no Brasil: Um breve histórico de lutas	
CAPITULO III	29
As práticas pedagógicas como ferramentas para a desconstrução de	
preconceitos CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
	39

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a Educação de Jovens e Adultos e as problemáticas que a envolvem, sobretudo no que se refere à construção dos preconceitos inerentes a ela e os desafios postos para sua superação. No Brasil, a Educação de Adolescentes Jovens e Adultos (EAJA) tem sua trajetória registrada desde a época da colonização, com a chegada da Companhia de Jesus (Jesuítas) que tinham como missão catequizar os índios que aqui viviam. De acordo com Friedrich (2010), na chegada da família real essa educação foi intensificada com o propósito de formar pessoas capazes de servir a realeza e seus anseios, dessa forma na estruturação do império a educação de adolescentes jovens e adultos começa a se relacionar com o trabalho e na transição do império para a república essa relação se intensifica visando à supressão do analfabetismo, para a conquista do voto e também do crescimento industrial do país.

Percebe-se com isso que a trajetória da EAJA sempre foi associada ao mundo do trabalho, como um “meio para um fim”. Somente na década de 1930 com a intensificação da atividade industrial e crescimento econômico do país, que provocava a necessidade de mão de obra minimamente qualificada, a Educação de Adolescentes Jovens e Adultos começou a aparecer em documentos oficiais e ser discutida de forma mais sistemática pela elite brasileira. Ainda nos dias atuais, apesar de passar por grandes mudanças, a realidade da EAJA ainda carrega desafios a serem superados.

A ideia de trabalhar com a desconstrução do preconceito na EAJA surgiu por meio da observação e vivência do estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Educação de Adolescentes Jovens e Adultos, realizado no sexto período do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás.

O estágio foi feito em uma escola pública do município de Goiânia e nesse período pude observar, concreta e diariamente, como se dava o ensino na EAJA. Até então, nas leituras feitas ao longo do curso, a visão que tinha da Educação de Jovens Adultos era pautada pelas práticas libertadoras de Freire. Nesse sentido, via a EAJA como um lugar de acolhimento, aprendizado e de novas oportunidades. Mas, ao chegar na sala de aula e começar a vivenciar o seu cotidiano essa visão foi sendo confrontada e algumas problemáticas foram surgindo.

Desde o início pude perceber que a EAJA não tinha um ambiente próprio, um currículo estabelecido e muito menos materiais didáticos que atendessem as necessidades dos educandos. A escassez de recursos, a falta de investimentos na formação dos professores, a estrutura adaptada para adultos, a infantilização do ensino e a falta de autonomia dos educandos marcam o contexto da EAJA. Ao presenciar essa realidade mais de perto pude perceber que o ambiente da EAJA era constituído de relações de preconceito e que essas relações se davam desde sua origem até o presente momento histórico em que vivemos. Segundo o INEP, no ano de 2019 o percentual de matrículas na EAJA caiu cerca de 7,7% o que corresponde 3,3 milhões de matrículas. O estudo também mostra que a maioria do público da EAJA é constituído por pessoas pretas e pardas de baixa renda que em algum momento da vida tiveram que abandonar a escola.

Diante das situações expostas e das observações feitas por meio do estágio, fiquei me perguntando: qual é o papel da escola na luta contra o preconceito? Partindo dessa grande problemática, outras indagações foram surgindo como: Por que os alunos da EAJA sofrem preconceito? Os documentos norteadores das escolas tratam do tema preconceito? Se falam, como falam? Como usar da prática pedagógica para desconstruir preconceitos na EAJA. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo problematizar papel da escola como instituição social na desconstrução preconceitos na modalidade de Educação de Adolescentes Jovens e Adultos (EAJA) realizando um debate em torno da desconstrução do preconceito e refletindo sobre as práticas pedagógicas utilizadas nesse processo, vistas de uma perspectiva educativa voltada para emancipação e não para o mercado de trabalho.

A problematização e reflexão da construção do preconceito na EAJA se tornaram necessárias, pois o preconceito estava presente na EAJA desde sua constituição de forma oculta nos currículos e documentos norteadores, porém pode ser visto de maneira exacerbada na realidade dos cidadãos que precisam voltar à escola. Para Machado (2010) “os educandos da EAJA enfrentam preconceitos diariamente são discriminados, marginalizados e, muitas das vezes, são excluídos do sistema de educação por conta da sua idade, cor, cultura, estereótipo e fatores financeiros”.

Nesse contexto, desconstruir as relações de preconceitos na EAJA não é somente prezar por uma educação igualitária e de qualidade para todos. É contribuir para construir, de maneira coletiva, uma nova visão de Educação de Adolescentes Jovens e Adultos que garanta, de forma efetiva, a permanência e formação desses sujeitos

que são

marginalizados e que na maioria das vezes abandonam a escola por falta de condições. Nesse sentido, segundo Gadotti (2017):

Os jovens e adultos continuam sendo vistos sob a ótica das carências “escolares”, como se precisassem de uma “segunda chance” para frequentar a escola. Solução: voltar para a escola e recuperar o “tempo perdido”! É uma lógica perversa que ignora a identidade desses alunos trabalhadores. O que eles sabem não é considerado: eles trazem consigo uma história, as marcas da socialização e da formação que tiveram. Só precisam ser considerados como sujeitos de direitos. Muitos alunos de EJA não acham significativo para suas vidas o que estão aprendendo e abandonam o curso. Os cursos de EJA não atendem às suas expectativas. Frustrados e inseguros eles abandonam o curso. (GADOTTI, 2017, p. 22).

Dessa forma, no processo de construção do trabalho buscou-se problematizar a escola como espaço de desconstrução de preconceito para a garantia e permanência do direito à Educação dos Adolescentes Jovens e Adultos. Para isso foi necessária uma discussão de cunho qualitativo e bibliográfico, trazendo autores que debatem o tema de forma problematizada. São eles: José Leon Crochik, Maria Margarida Machado e Paulo Freire. Crochik (1996) traz os estudos em torno do preconceito fundamentados na análise de Adorno e Allport, que discutem a origem do preconceito designada por fatores psíquicos e sociais na constituição do ser humano. Para a discussão em torno da EAJA usaremos, Machado (2010) que problematiza a Educação de Adolescentes Jovens e Adultos desde sua criação até os dias de hoje, trazendo sua percepção sobre as dificuldades enfrentadas por esse público e suas conquistas também.

No contexto das práticas pedagógicas para a desconstrução do preconceito na EAJA, foi utilizado a concepção de educação emancipadora de Freire (1987). Além da análise bibliográfica também foi investigado o Projeto Político Pedagógico de uma escola pública municipal de Goiânia. Nessa observação buscou-se entender que parâmetros regem a prática escolar nessa modalidade, bem como as perspectivas para o aluno da EAJA. Nesse sentido, o PPP como fonte de análise nos forneceu elementos não somente sobre o que está posto nele, como também sobre o que não está dito ou não é pensado ou esperado para tal modalidade, revelando, então, quais ideias pré-concebidas se apresentam nele.

Dessa forma, o trabalho foi dividido em três capítulos, nos quais pretendemos

responder às nossas questões bem como cumprir nossos objetivos. O capítulo 1 traz um debate em torno da desconstrução do preconceito, mostrando, inclusive, como se constrói algo pré-concebido. O capítulo 2 traz a reflexão sobre as práticas pedagógicas utilizadas na EAJA, antes, porém, apresentando-a. No terceiro capítulo, buscou-se mostrar como a EAJA deve ser voltada para a emancipação, e não para a alienação. Neste capítulo foi feita a análise do Projeto Político Pedagógico da escola para apresentar sobretudo o que não está posto na proposta voltada a essa modalidade em questão.

CAPÍTULO I

Conceituando o preconceito: alguns elementos para o debate

Neste capítulo, iremos debater e problematizar o preconceito, como parte das ações necessárias para sua desconstrução como ideia e como prática. Para isso é importante que antes mostremos como acontece a construção de algo pré-concebido em nossa sociedade.

Em um certo momento de sua vida, o cientista Albert Einstein mencionou que era mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito. Mas afinal o que o preconceito? Segundo o dicionário, o termo Preconceito (2021) pode ser definido das seguintes formas:

Juízo de valor preconcebido sobre algo ou alguém; prejulgamento, Opinião ou pensamento acerca de algo ou de alguém, construída a partir de análises sem fundamento, conhecimento nem reflexão, Comportamento que demonstra esse repúdio ou aversão. Convicção fundamentada em crenças ou superstições; cisma. Forma de pensamento em que uma pessoa chega a conclusões que entram em conflito com os fatos pôr os ter prejulgado. (PRECONCEITO, 2021).

Nesse sentido podemos verificar que o preconceito é uma forma pensamento tomada de algo ou alguém sem antes ter conhecimento do próprio objeto. Quando falamos de algo preconcebido temos a noção de algo individual, a falta de experiência com alguma cultura, método, valor ou até mesmo de um grupo de pessoas. Para Allport (1946) e de Adorno *et al* (1965): “O preconceito não é inato; ele se instala no desenvolvimento individual como um produto das relações entre os conflitos psíquicos e a estereotipia do pensamento”. Nesse contexto, na sociedade em que vivemos, o primeiro contato do indivíduo com o preconceito vem do seio de sua própria família. Nesse momento alguns pré-julgamentos já são inseridos com a identificação do próprio grupo familiar e a diferenciação de outros grupos.

A falta de experiência com o objeto analisado e a mediação da família com a criança, permitem a imitação e modelação da mesma, que por sua vez ainda não tem contato direto com o mundo exterior e por hora internaliza esses preconceitos, mais tarde adentrando na sociedade esses preconceitos são reforçados e ressignificados. Porém não podemos basear o preconceito apenas como uma falta de experiência com o objeto apresentado. Pois, segundo Crochik (1996):

Não há necessidade de contato com o objeto do preconceito para que este surja mostra que ele pode se dar sem conexão nenhuma com a realidade, mas assim temos de supor que os estereótipos apresentados no preconceito ou são produções individuais ou são produções culturais; como a sua expressão em geral é coletiva, ou seja, se repete da mesma forma em diversos indivíduos, podemos deduzir que os indivíduos se apropriam de algumas representações culturais para que, junto à hostilidade dirigida ao objeto, configurem o preconceito. Assim, o preconceito se caracteriza por um conteúdo específico dirigido ao seu objeto e por um determinado tipo de reação frente a ele, em geral, de estranhamento ou de hostilidade. Ao conteúdo podemos chamar de estereótipo, cujo significado inicial pode ser remetido à máquina de reproduzir tipos utilizada pela imprensa, que deve, portanto, reproduzir fielmente as letras, mas que passou a ganhar o sentido também daquilo que é fixo, imutável. No caso do preconceito, é neste último sentido que ele deve ser entendido. (CROCHIK, 1996, p.00).

O estereótipo, segundo o dicionário (2021), é um padrão estabelecido pelo senso comum e baseado na ausência de conhecimento sobre o assunto em questão. Esses padrões são impressões utilizadas para julgar e rotular comportamentos, culturas, costumes, crenças e indivíduos, um estereótipo pode se referir a um certo conjunto de características que são vinculadas a todos os membros de um determinado grupo. Dessa forma, se torna uma espécie de generalização e simplificação que relaciona atributos gerais a características coletivas que na maioria das vezes está intimamente relacionada com o preconceito. De acordo com Crochik (1996):

O estereótipo retira o seu predicado principal e os derivados de distinções estabelecidas pela cultura entre sexos, ocupações, doenças, raças, povos, religiões, idade etc. e assim, de alguma maneira, as classificações culturais colaboram com ele. Mas não é somente com a nomenclatura que a cultura contribui, ela atribui também juízos de valores às suas distinções. Assim, historicamente o trabalho intelectual tem sido mais valorizado do que o trabalho manual; o sexo masculino tem sido considerado mais adequado ao trabalho na esfera pública e o sexo feminino ao trabalho doméstico; os deficientes são desvalorizados por não poder participar da construção e da manutenção da sociedade; as raças e os povos que adentraram posteriormente na civilização ocidental são discriminados frente à raça branca dos povos europeus, e assim por diante. (CROCHIK, 1996, p.00).

Segundo Marx (1984), o homem se faz diferente dos outros animais pela sua maneira de interagir e usufruir da natureza, sua forma racionalizada de agir se distingue da visão imediatista dos outros animais, da sua interação com a natureza para a sobrevivência nasce o trabalho. Para Andery (2007):

Na base de todas as relações humanas, determinado e condicionado a vida está o trabalho – uma atividade humana intencional que envolve formas de organização, objetivando a produção dos bens necessários à vida humana. Essa organização implica uma dada maneira de dividir o trabalho necessário a

sociedade e é determinada pelo nível técnico e pelos meios existentes para o trabalho, ao mesmo tempo em que os condiciona; a forma de organizar o trabalho determina também a relação entre os homens, inclusive quanto à propriedade dos instrumentos e materiais utilizados e a apropriação do produto de trabalho. (ANDERY *et al*, 2007, p.11).

Nesse sentido, o trabalho é visto como atividade vital para o ser humano e com a chegada do capitalismo uma divisão importante marcou as relações de poder, que foi a divisão do trabalho intelectual e a do trabalho físico. Dessa forma, a separação do mundo do trabalho influencia na valorização do sujeito e aumenta a desigualdade entre os homens e nesse contexto, da desigualdade nasce o também o preconceito. Com a desigualdade por conta da valorização e diferenciação do trabalho, o indivíduo tende a desconhecer a realidade um dos outros. Dessa forma, o sujeito não reconhece no outro, não se tem um conhecimento do seu objeto isso gera estranheza e julgamento formando assim também o preconceito. De acordo com Crochik (1997):

Os valores não têm um papel menor na constituição do preconceito. E, na nossa cultura, eles até o momento têm sido relacionados com autoconservação [...]. Neste sentido, os papéis sociais têm sido valorizados em função da sua importância para a manutenção da ordem social, mas isso só de forma aparente, uma vez que na divisão do trabalho todos são importantes, e que a diferenciação através da valorização social só pode ser entendida pela existência de um poder desigual entre os homens frente à natureza e frente aos outros homens. Se esse poder desigual, conforme afirmam Adorno e Horkheimer (1986), é fundado na vida sedentária, na apropriação da propriedade privada, aquilo que deriva desta situação repõe a dominação inicial, contrapondo-se ao impulso presente, quer no conhecimento quer na moral que, por sua possível universalização aponta para a igualdade entre os homens. (CROCHIK, 1996, p. 50).

Nesse sentido, o preconceito como fruto da desigualdade ligado principalmente aos fatores psicológicos e sociais, permeia as relações de poder vigentes na sociedade atual. Podemos trazer o preconceito como algo que surge ainda na infância, no ambiente familiar da criança ou na convivência com outras crianças pertencentes a grupos distintos, já em sua fase escolar esse comportamento se dá através da observação, imitação de modelos e com reprodução de comportamentos hostis e agressivos.

Para Bandura (2008) “as principais fontes de estilos de comportamento agressivo na sociedade moderna são a agressão modelada e reforçada pela família, pela subcultura na qual vive o sujeito.” Nesse contexto temos o preconceito como algo que não é inato, mas que se manifesta, assim que os sujeitos são inseridos na sociedade, principalmente na infância onde as crianças tendem a imitar comportamentos e reproduzir práticas. Nesse sentido, a escola entra como uma instituição social onde grande parte das interações

sociais acontecem, seja na infância, adolescência e também na vida adulta. Como um lugar de formação de sujeitos, construção de conhecimento e identidades, ela está sujeita a influência do preconceito de forma exacerbada.

Dessa forma, observando o ambiente escolar podemos destacar o contexto da Educação de Jovens e Adultos (EAJA), em que seus educandos estão em idades diferentes e não tiveram oportunidade de estudar no tempo regular. Nesse ambiente, as relações de preconceito acontecem de forma latente, pois a EAJA é uma modalidade de educação criada pelo Governo para as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade “regular”. Essa modalidade, desde sua criação, tem como característica o ensino aligeirado e voltado para a qualificação de mão-de-obra. Para Machado (2008):

Há, portanto, no imaginário da sociedade brasileira, vários conceitos que se cristalizaram a partir das experiências de Mobra e ensino supletivo como, por exemplo, a ideia de que o aluno jovem e adulto que retorna à escola tem pressa e, por isso, precisa de “um curso rápido e fácil” para receber sua certificação, o que justificaria a oferta de cursos sem muita exigência no processo de avaliação. Outra concepção corrente é a de que os alunos não querem saber de nada, por isso não é necessário se preocupar com a qualidade do que vai ser ofertado; inclusive os mais jovens são os que em geral são tachados de indisciplinados e desinteressados. Faz-se necessário destacar que se trata de meia-verdade. Há, de fato, no jovem ou adulto que retorna, depois de vários anos fora da escola, uma ansiedade para recuperar o “tempo perdido”, inclusive pelas pressões do mercado de trabalho. Todavia, isso não justifica a oferta de uma escolarização aligeirada, já que a educação básica precisa primar pelo princípio da igualdade de direito de acesso ao conhecimento produzido pela humanidade - e não pautar-se pelas exigências de mercado (MACHADO, 2008, p. 161).

O preconceito na EAJA, nesse sentido, acontece quando a sociedade priva e exclui novamente os educandos de terem acesso a um ensino de qualidade, muita das vezes fundamentado no conceito de que esses cidadãos não precisam mais disso. Nessa lógica, já ultrapassaram a idade regular, quando não se preocupam em oferecer uma educação crítica e não voltada apenas para a qualificação de mão-de-obra barata. Então, infantilizam os educandos e não consideram suas vivências de mundo, não se propõem a criar um currículo próprio para a EAJA, não incentivam o regresso desses sujeitos a escola e não ofertam condições para a permanência dos educandos na escola, induzindo, assim, a sua exclusão do processo educativo.

Dessa forma, com os preconceitos exacerbados no processo escolar os educandos da EAJA se sentem excluídos e não se identificam com o ambiente educativo, muitos desistem de voltar a estudar, outros nem tentam por conta dos preconceitos existentes na

sociedade como os que são reproduzidos na fala dos próprios estudantes. Falas como “quando se está adulto é impossível aprender”, “já passei da idade de estar na escola”, “agora não adianta chorar o leite derramado”, “cachorro velho não aprende truque novo”, “não tenho tempo para voltar a estudar”, “sou burro já me acostumei a viver assim”, são recorrentes.

Esse contexto é percebido dentro das próprias salas de aulas, os educandos se sentem atrasados, humilhados, infantilizados e muitas vezes, marginalizados. “É uma humilhação para um adulto ter que estudar como se fosse uma criança, renunciando a tudo o que a vida lhe ensinou” (GADOTTI, 2017). Nesse contexto as relações de preconceito na EAJA abrem margem para situações de discriminação, que consiste no ato de excluir, separar ou inferiorizar as pessoas com base em ideias de cunho preconceituoso, discriminar um sujeito é negar a ele os seus direitos como ser humano, impedindo que ele acesso a coisas e situações básicas como: educação, lazer, moradia, trabalho e outros.

Nesse sentido, é de extrema importância desconstruir as relações de preconceito na sociedade, principalmente dentro da escola, um lugar de formação de sujeitos. As escolas que devem ensinar e formar sujeitos integrais que contribuam para a desconstrução desses preconceitos.

Para Freire (1987) “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.” Dessa forma, é preciso oferecer educação de qualidade caracterizando o sujeito como seres em construção, segundo Freire (1996) “o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento”. Não se há idade para aprender, a vida é um constante processo de aprendizagem, é preciso valorizar a EAJA como um direito fundamental do sujeito a educação, a vida e a sua emancipação. De acordo com Gadotti (2014):

Há uma razão simples para argumentar em favor da prioridade à Educação de Jovens e Adultos: a Educação é um direito que não prescreve aos 14 anos. Não priorizar a Educação de Jovens e de Adultos é penalizar duplamente os analfabetos. Por uma política nacional de Educação popular de jovens e adultos. Não há sociedades que tenham resolvido seus problemas sociais e econômicos sem equacionar, devidamente, os problemas de Educação, e não há países que tenham encontrado soluções para seus problemas educacionais sem equacionar, devida e simultaneamente, a Educação de adultos e a alfabetização. (GADOTTI, 2014, p. 15).

Nesse sentido, a EAJA como direito à educação não é só um meio de melhorar a vida da população, mas também uma ferramenta para desconstrução de preconceitos,

um recurso para formar sujeitos capazes de transformar e participar ativamente da sociedade

vigente e negar esse direito é um desrespeito a humanidade. Para Gadotti (2014):

Os jovens e adultos alfabetizados já foram desrespeitados uma vez quando tiveram seu direito à Educação negado. Não podem, ao retomar seu processo educacional, ser humilhados, mais uma vez, por uma metodologia que lhes nega o direito de afirmação de sua identidade, de seu saber, de sua cultura. (GADOTTI, 2014, p. 17).

Dessa forma, em uma educação emancipadora se faz necessário o uso de práticas pedagógicas para a desconstrução do preconceito e a valorização do indivíduo como ser inacabado, reflexivo, crítico e autônomo. Entretanto desconstruir um preconceito não é uma tarefa fácil. A desconstrução de algo pré-concebido consiste em uma busca complexa do conhecimento sobre dado objeto, porém só conhecer e ter a experiência não elimina de fato as ideias ou opiniões preconceituosas de algo ou alguém, para isso é preciso além de conhecer, entender e respeitar tais conceitos e mudar tais ideias. Segundo Crochik (1996):

Se o próprio sujeito é determinado, ele não deixa de trazer consigo ideais, valores que sejam anteriores ao objeto percebido, que podemos denominar de pré-conceitos para distingui-los dos preconceitos. Ou seja, toda experiência é mediada por aquilo que já se estabeleceu no indivíduo, que pode transformar-se em conceito quando pode ser refletido naquilo que o objeto fornece, ou pode não se alterar. Se o objeto oferece novos atributos ao sujeito, mas este mantém os seus pré-conceitos, esses se tornam preconceitos; de outro lado, se a concepção anterior não é considerada na produção do conhecimento, e esse mesmo que é eliminado. Há, portanto, dois perigos a serem enfrentados: o impedimento da percepção do objeto por aquilo que é preconcebido, que diz respeito diretamente ao preconceito, e a ideia da experiência pura, não mediada pela constituição do próprio sujeito, que impediria a própria construção da teoria. Neste último caso, devemos lembrar que o pensamento deveria ser um dos antídotos ao preconceito e o quanto a nossa cultura o despreza, desprezando, entre outros elementos, o passado. (CROCHIK, 1996, p.00).

A desconstrução do preconceito na EAJA se torna uma conquista difícil, visto que nessa modalidade há pessoas de várias idades, cidades, cores e culturas diferentes, além de serem sujeitos com uma história e uma longa trajetória de vivências, é importante que se considere essas vivências e até mesmo seus preconceitos, pois é através desse conhecimento que começaremos a desconstrução do mesmo, vale ressaltar que ignorar essas histórias e dar oportunidade a perpetuação do preconceito, a falta de conhecimento e inflexibilidade de pensamentos fazem com que o processo de desconstrução do preconceito se torne um ato preconceituoso por impor um pensamento e não considerar e nem conhecer a história dos educandos e o que os levaram a terem tais conceitos. Nesse sentido, para Crochik (1996):

Tendo em vista que o preconceito, nos nossos dias, é de forma geral percebido como um fenômeno individual, isto é, busca-se menos entender as determinações sociais na sua constituição do que prejudicar o preconceituoso e assim repetir o mesmo procedimento que é criticado. (CROCHIK, 1996, p.00).

Nesse sentido, a desconstrução do preconceito da EAJA, não é um processo simples, pois além de ter que desconstruir preconceitos dentro da sala de aula é necessário fazer uma autorreflexão e desconstruir o preconceito dentro de si mesmo é ato contínuo de troca entre educandos e educadores um processo complexo e que exige conhecimento. Ao mesmo tempo a desconstrução do preconceito na EAJA se faz de extrema necessidade, pois é principalmente ali que grande parte desses preconceitos acontecem, sejam eles por motivos sociais, étnicos, culturais e até mesmo religiosos. Dessa maneira, se faz necessário entender e encontrar práticas pedagógicas para a desconstrução dessas relações de preconceito, para que os educandos entendam e não reproduzam tais preconceitos em suas vivências dentro da sociedade.

A primeira questão é: como podemos usar as práticas pedagógicas para desconstruir tais preconceitos dentro da EAJA? Nesse sentido, é importante que antes de desconstruir possamos entender como acontece as relações de preconceito dentro da Educação de Jovens e Adultos e para isso é preciso mostrar para os educandos como se dá essa construção na prática, levando para os educandos o conhecimento sobre o que é a EAJA? Como essa modalidade foi criada? Quem são as pessoas que frequentam essa modalidade de educação? Quais foram os motivos que fizeram esses educandos frequentar a EAJA? Esses educandos já sofreram algum tipo de preconceito na vida? Já sofreram preconceito por frequentar a EAJA? Se sim, quais foram esses preconceitos?

É preciso além de apresentar os conceitos das palavras como: preconceito, discriminação, exclusão, racismo e intolerância. Mostrar para os educandos como essas formas de preconceito acontecem em suas realidades, perguntar para esses sujeitos o que sabem sobre o preconceito, ouvir suas vivências e considerar seus conhecimentos prévios, para assim lhes mostrar como se dá a construção do conhecimento de forma concreta, onde os educandos se sintam identificados e sujeitos ativos na desconstrução do preconceito. Usar as práticas pedagógicas na desconstrução dos preconceitos é uma forma de humanizar os educandos e também fazer desses sujeitos seres autônomos e críticos. Segundo Crochik (1996):

Antes, o preconceito deve ser concebido quanto aos seus diversos elementos e na configuração que assume na nossa cultura. Se a sobrevivência, quer cultural quer individual, parece ser a base mais importante para que ele seja desenvolvido, é só com a superação dessa necessidade que poderíamos viver sem ele. Como tal possibilidade parece distante, resta-nos poder favorecer a experiência e a razão para que o preconceito possa ser, ao menos, atenuado. (CROCHIK, 1996, p. 00).

Dessa forma, apesar da desconstrução do preconceito não ser uma tarefa fácil através do conhecimento e das práticas pedagógicas podemos diminuir esses preconceitos e dar aos educandos da EAJA uma educação de qualidade voltada para emancipação desses sujeitos, para que participem ativamente da sociedade e lutem contra o preconceito em suas vidas. Nesse contexto, para compreender melhor as formas de desconstruir o preconceito devemos problematizar a EAJA e assim faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A Educação de Adolescentes Jovens no Brasil: Um breve histórico de lutas

Como vimos no capítulo anterior o preconceito é algo que, historicamente e infelizmente, faz parte da sociedade e que permeia todos os ambientes e lugares, dessa forma o único jeito de desconstruir uma ideia ou julgamento pré-concebido é através do conhecimento. Um dos melhores lugares para a construção do conhecimento do que no ambiente escolar. Pois é lá que acontece a maioria das relações e interações sociais, seja na infância, adolescência ou na vida adulta. Desconstruir um preconceito é uma tarefa difícil principalmente com pessoas adultas onde os sujeitos já tiveram suas vivências e exercem da sua autonomia, porém desconsiderar essas vivências e forçar a aceitação de uma ideologia também se torna um ato de preconceito contra esses sujeitos. É por isso que neste capítulo iremos entender melhor o que é a Educação de Adolescentes Jovens e Adultos e quem são esses sujeitos que têm suas histórias e vidas mudadas passando pela a EAJA.

Neste capítulo faremos uma breve síntese da história da EAJA mostrando alguns dos motivos de sua origem e permanência e também alguns marcos históricos que trilharam a sua trajetória no Brasil. É importante ressaltar que a história da EAJA é algo que deve ser analisado com cuidado e muito tempo, nesse sentido temos a intenção de mostrar apenas uma pequena parte desse processo para entender futuramente quem são os sujeitos que frequentam esse ambiente escolar e o porquê é importante discutir a ideia de desconstrução de preconceito com esses cidadãos.

A origem da EAJA no Brasil nasce com a necessidade dos jesuítas em catequizar o nosso povo, que vem junto também com a chegada dos colonizadores e de sua família real. De acordo com Friedrich (2010), “Com a vinda da família real para o Brasil, surgiu a necessidade da formação de trabalhadores para atender a aristocracia portuguesa e, com isso, implantou-se o processo de escolarização de adultos com o objetivo de servirem.” Dessa forma, pode-se observar que EAJA sempre esteve ligada ao trabalho e formação de mão de obra qualificada para atender os anseios da família real que vivia aqui no Brasil.

Por muito tempo durante o Império a educação de jovens adultos se baseava em uma relação de religião e serventia, a educação em si ainda era algo arcaico e pouco discutido na sociedade. Segundo Friedrich (2010):

Em 1854 surgiu a primeira escola noturna no Brasil cujo intuito era de alfabetizar os trabalhadores analfabetos, expandindo-se muito rapidamente.

Até 1874 já existiam 117 escolas, sendo que as mesmas possuíam fins

específicos, como por exemplo: no Pará para a alfabetização de indígenas e no Maranhão para esclarecer colonos de seus direitos e deveres. Apud (PAIVA, 1973).

Ainda com um elo na colonização e na serventia, as primeiras escolas que contemplavam a EAJA aparecem no Brasil Imperial como uma forma de controle da população que ali residia. A educação era vista como um divisor de classes e também uma forma de ascender socialmente, tanto que na transição de Império para a República, nesse dado momento histórico, as pessoas analfabetas eram proibidas de votar por serem julgadas como incapazes.

Vale ressaltar que nesse período a maioria da população brasileira não sabia ler nem escrever, ou seja, tiveram seus direitos negados e foram silenciadas pelas forças hegemônicas da época. Dessa maneira, segundo Friedrich (2010), apenas em 1934 com os crescentes movimentos na área da educação foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE) que torna responsabilidade do Estado à educação primária de caráter obrigatório, laico e gratuito.

Na década 1940, outro marco histórico foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), uma parceria educativa dos grandes detentores dos meios de produção brasileiros e do Estado, na intenção de uma melhoria no desenvolvimento industrial do país. Já em 1968, destaca-se dentre as políticas de inclusão criada pelo Estado, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que, em meio ao caos da ditadura militar, tinha como objetivo diminuir os índices de analfabetismo no país, através do ensino da leitura e da escrita.

É plausível que este modo de ensino que antecede o supletivo, para ensino de jovens e adultos foi conturbado, em suas campanhas otimistas com palavras de ordem, o programa tentasse promover o famoso milagre brasileiro. “Você também é responsável”, “O povo vive em ordem. O povo ajuda o país. Todos devem ajudar”. Apesar de ser reformulado com ideias freirianas, o programa não gerou os frutos prometidos, e após 15 anos de tentativas, o movimento foi extinto, diminuindo em apenas 2,7% o índice de analfabetismo no Brasil.

O MOBRAL não conseguiu suprir as necessidades do país com sua otimista proposta de erradicar o índice de analfabetismo no Brasil. Sua proposta foi elaborada durante a ditadura militar, que não visava o aprendizado do educando e sim ensino da leitura e da escrita para o “avanço da sociedade aos olhos internacionais”. Ainda hoje

no Brasil, existem cerca de 11,3 milhões de analfabetos segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por mais que políticas públicas tenham sido elaboradas e reelaboradas nos últimos anos, as mesmas ainda se mostram insuficientes para a realidade do país.

O Brasil é um país com 75 milhões de pessoas que não concluíram a Educação Básica, segundo estudos do IDEB¹. Nesse sentido, a Educação de Adolescente, Jovens e Adultos (EAJA) é uma modalidade de ensino que permite o retorno de jovens e adultos às salas de aula, seja em nível fundamental ou médio, um direito esse assegurado pela Constituição Federal de 1988 que em seu Artigo 208, determina:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria

II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade

V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a Constituição Federal se torna outro marco para a criação da EAJA. Com o fim da ditadura militar e com as novas forças políticas articuladas na direção do país, a educação se renova e se torna um direito do cidadão e que deve ser garantido pelo Estado. Assim, um pouco mais tarde com o desenvolvimento de novos documentos regulatórios, como a LDBN de 1996, a EAJA torna a aparecer novamente de forma mais específica e organizada garantido aqueles que não tiveram oportunidade de estudar em idade normal o direito de regressar à escola. Dessa maneira a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBEN), em seu art. 37 assegura que:

¹Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

A EAJA, ao ser estabelecida pela LDB 9394/96, torna-se, portanto, uma política de Estado, sendo seu dever criar meios de inclusão parte dessa população que não teve acesso ao ensino básico em idade própria ou sofreram alguma forma de exclusão do processo de ensino regular, seja por caráter social, cultural, ou também econômico.

Na visão de Freire, o ensino na EAJA deve ser tratado de forma especial, contextualizado, buscando entender o tempo de cada aluno, haja vista que o fato desse sujeito optar por retornar para o ambiente escolar é uma decisão de grande relevância, logo, o ensino voltado para EJA deve buscar compreensão e respostas nas vivências que levaram esse sujeito a exclusão escolar, em como se constituíram, buscando através das práticas pedagógicas a formação de um sujeito emancipado, crítico, reflexivo e humanizado.

Porém, ao contrário das ideias disseminadas por Freire, dos documentos elaborados e das leis apresentadas, a realidade da Educação de Adolescentes Jovens e Adultos (EAJA) na prática, se torna outra. Com o constante corte nas verbas públicas destinadas à área educação, a falta de incentivo na formação de professores, a falta de um currículo próprio e a precarização da educação como forma de emancipação, faz com que se tenha um desmonte na modalidade EAJA deixando assim milhões de brasileiros excluídos ao acesso de uma educação de qualidade.

Nesse sentido, além da exclusão sofrida pelo Estado, os educandos da EAJA têm que lidar com uma série de preconceitos que são gerados na sociedade e são trazidos para dentro da sala de aula. Isso afeta de forma direta a permanência e aprendizado desses educandos na escola. Na maioria das vezes, os fatores de evasão dos alunos da EAJA estão relacionados a motivos externos como: trabalho, família, classe social,

problemas

financeiros e outros.

Porém os estudantes são levados a crer que esses fatores são internos ou apenas uma decisão tomada por eles quando na verdade, são preconceitos internalizados por esses próprios educandos que sofrem uma exclusão social e histórica. Esses motivos externos fazem com que os sujeitos não se identifiquem com o ambiente escolar e sejam excluídos desse processo, um dos motivos externos que podemos abordar além do preconceito é também a falta de materiais, práticas pedagógicas e formação de professores. Segundo Machado (2008):

O descompasso entre a formação do professor e a realidade dos alunos na EJA causou (e tem causado, ainda) situações de difícil solução: como lidar com alunos que chegam cansados, a ponto de dormir durante quase toda aula? Como auxiliar os alunos no seu processo de aprendizagem, com atendimento extra ou atividades complementares, se uma grande parte deles trabalha mais de oito horas diárias, inclusive no final de semana? Como atender às diferenças de interesse geracional, tendo na mesma sala adolescentes e idosos? Como administrar, no processo ensino-aprendizagem, as constantes ausências, em sua maioria justificadas por questões de trabalho, família e doença? Por outro lado, como o professor deve proceder para reconhecer e validar os conhecimentos prévios que os alunos da EJA já trazem? (MACHADO, 2008, p. 165).

Para os educandos essa falta de formação dos professores é algo marcante no ensino da EAJA, o sentimento não identificação e preconceito com os se tornam elementos cruciais para a não permanência desses sujeitos no ambiente escolar. Como já dissemos antes os documentos norteadores como a: LDB, BNCC ou até mesmo o PPP das escolas juntamente com a formação dos professores são bem diferentes da realidade da EAJA e quando não se tem conhecimento desse ambiente o choque cultural pode ser bem grande dando início a precarização do ensino, infantilização dos educandos e preconceito na relação professor-aluno.

Dessa forma, é necessário conhecer os educandos da EAJA e também suas respectivas histórias de vida, nos parágrafos acima já foram apresentados alguns dos motivos que levam esses alunos a frequentarem a modalidade EAJA, agora iremos observar mais de perto como se dá a realidade dos educandos e o que levou os mesmo a iniciarem a EAJA, essas contribuições foram feitas através de relatos coletados entre esses Adolescentes, Jovens e Adultos², que fizeram ou fazem parte da EAJA em algum

² Os relatos apresentados neste capítulo foram retirados de entrevistas gravadas e feitas através de áudios no dia 14/04/2021 na cidade de Goiânia-GO. Todas as entrevistas foram devidamente autorizadas pelos participantes, que concordaram em ter seus nomes e idades expostos, para o desenvolvimento da pesquisa

e apresentação do trabalho de conclusão de curso (TCC).

momento da sua trajetória escolar:

Eu parei de estudar muito cedo porque me casei e fiquei muitos anos sem estudar. Eu tinha parado na sétima série e assim que me casei tive meus filhos e quando eles cresceram, e comecei a ficar com vergonha da minha falta de escolaridade. Então quando os meus filhos já estavam pré-adolescentes as coisas ficaram mais fáceis e eu decidi voltar a estudar. O meu objetivo era realmente me igualar às outras pessoas para sair dessa questão de cada vez que as pessoas olhassem para mim e perguntassem sobre a minha escolaridade eu tivesse que me sentir oprimida e envergonhada pela falta de escolaridade. Parei de estudar lá na minha pré-adolescência e quando eu voltei a estudar fui pra Educação de Jovens e Adultos, eu já estava com 30 anos de idade nessa época, voltei e comecei tudo de novo do sétimo ano em diante. Quando eu voltei a estudar um dos motivos da minha volta era porque foi chegando um ponto que eu não conseguia mais auxiliar meus filhos nas tarefas de casa e nem nas tarefas da escola, pois eles já estavam vendo conteúdos que eu não sabia mais ensinar para eles. (CLAUDILENE SILVESTRE, 42 anos).

Nesse contexto, segundo o INEP (2019) “Quando se observa os estudantes com mais de 30 anos, as mulheres correspondem a 58,6% das matrículas da EAJA.” Podemos observar dessa forma, que um dos fatores sociais que levam essas mulheres a frequentarem a EAJA é porque tiveram que renunciar aos estudos em idade regular, por conta do casamento, da gestação e também para cuidarem da família. Na sociedade patriarcal e repleta de preconceito em que vivemos, essa é uma situação considerada “normal”, a maioria das mulheres só retornam à escola depois de terem criados seus filhos e algumas nem retornam por considerarem a educação como algo que já passou, um tempo perdido ou por se julgarem velhas para voltar à escola.

Sofri preconceito dentro da minha família assim que eu me matriculei na EAJA, quando eu contei para minha mãe ela virou para mim falou: - Você não precisava disso, isso é uma vergonha, você já deveria ter se formado e estudado, mas você optou por outros caminhos e por essas condições tem que estar aí agora. Ela me disse isso, pois engravidei no Ensino Médio, me casei e tive que abandonar a escola na minha adolescência. (ISABELA CAROLINE, 25 anos).

Além de enfrentar o preconceito as mulheres que regressam aos estudos na EAJA, tem que enfrentar também uma série de dificuldades e obstáculos que são impostas historicamente para elas, muitas além de serem mães e donas de casa, também trabalham uma longa jornada de oito horas diárias ou mais. Essas barreiras influenciam no processo de aprendizagem das educandas e torna a escola cansativa e desestimulante.

As maiores dificuldades que encontrei na EAJA foram em relação ao tempo, o meu tempo já não era mais o mesmo de uma adolescente, pois eu já tinha uma casa para cuidar, família, tinha também uma certa resistência do meu marido que achava que o estudo era uma perda de tempo e também o trabalho, essas obrigações disputavam com a escola na minha vida adulta. . (CLAUDILENE SILVESTRE, 42 anos).

Os educandos da EAJA em sua maioria são trabalhadores, dessa forma o ensino na modalidade sempre foi entrelaçado a formação profissional, mas para que essa aprendizagem faça sentido para os alunos é preciso abordar situações concretas que façam parte do cotidiano do estudante e também que considere seus conhecimentos prévios e tempo de aprendizagem. O ensino na EAJA deve ser voltado para a emancipação dos educandos em uma construção histórica-social e não para a alienação.

Eu já estive em uma sala de aula como aluna do EJA no ano passado e já para mim já era ruim o ensino com a pandemia só piorou. O ensino que antes não se tinha muita atenção e os professores já não davam a devida importância, com a distância e as aulas online só piorou, porque quando eu estava na sala de aula era ruim, mas, pelo menos você estava ali cara a cara com professor você estava vendo ele e era possível você dialogar mais facilmente. Agora ficou quase que impossível, eles não te respondem ou respondem só depois de uma semana, os professores não estão se importando em nada com seus alunos não fazem muita questão. Eu penso que isso tinha que melhorar porque todo mundo tá ali porque precisa quer e não porque quer ou escolheu aquilo. (ISABELA CAROLINE, 25 anos).

Para o educando trabalhador da EAJA a educação só faz sentido quando significativa para ele, quando faz parte do seu dia-a-dia e cria um sentimento de identidade e pertencimento a esse sujeito. Quando essa educação se dá de maneira aligeirada e infantilizada, onde o educando é tratado como criança e suas experiências não são validadas, o aluno perde o interesse e o ensino começa a ser algo alheio a ele, que não o ajudará a conquistar seus objetivos. Dessa maneira a escola acaba “expulsando” o aluno do processo de aprendizagem e a exclusão dos educandos acontece.

Eu entrei para a EAJA, porque eu tinha parado de estudar no ensino regular, na época eu perdi o interesse pelos estudos e quando voltei a estudar na EAJA estava casada íamos eu e meu marido, mas com tempo também paramos de estudar. Me arrependo bastante de ter parado, pois era bem difícil arrumar emprego sem ter terminado a escola, porém a minha maior dificuldade era ter que conciliar o serviço com a escola, eu mais faltava do que ia, chegava muito cansada nas aulas, só ia em semana de provas e por conta disso abandonei a escola novamente, era muito difícil para mim ter que ir todos os dias. Quando comecei a fazer o EAJA sofri preconceito da minha família, dos meus pais que falavam que perdi a oportunidade de estudar na época certa e também da minha avó que falou que eu nunca precisaria ter que estudar a noite se eu tivesse me dedicado na época certa, diziam que eu não

precisava daquilo. (ATHANIELLY PEDROSA, 22 anos).

A falta de formação dos professores, de materiais didáticos, currículo próprio e práticas pedagógicas que façam a diferença na vida dos educandos, forma um conjunto de práticas que aliados com o preconceito e fatores sociais, garantem a exclusão dos educandos ao direito à educação de qualidade. E dessa maneira, a EAJA que era para ser um lugar de novas oportunidades e realização de sonhos, se torna um ambiente de discriminação e preconceito que marginaliza os educandos e os nega o acesso à escola.

Em questão de material o EAJA tem muito déficit, o EAJA não tem livros para estar estudando, o EAJA não tem um suporte de verdade, independentemente se você fez a tarefa ou não os professores dão visto como feita a tarefa. Eles não estão preocupados se você está aprendendo ou não, uma vez uma professora me disse: - Independente da gente estar aprendendo ou não aprendendo, estudando ou não estudando ela estaria recebendo da mesma forma então para ela não fazia diferença. É isto são situações que poderiam deixar de acontecer, mas não deixam. Na minha época de escola o professor te dava mais atenção, queria ver você aprendendo e agora para os professores da EAJA tanto faz eles não se esforçam. (ISABELA CAROLINE, 25 anos)

Nesse sentido, as relações de preconceito e o estereótipo que criado a partir dessas relações são levados também para fora do ambiente escolar, dando ao educando da EAJA uma “fama” de “ignorante”, “preguiçoso” e “atrasado”. Os educandos da EAJA de certa forma internalizam esses preconceitos e sentem-se culpados por não terem terminado os estudos em idade regular, essa culpa pode ser tão grande que pode acabar com a autoestima do aluno, deixando com o sentimento de incapacidade e vergonha.

A respeito de preconceito por ter feito o EAJA, uma vez passei uma situação no local em que eu trabalhava. Minha colega tentou me diminuir dizendo que eu não tinha conteúdo, formação suficiente para estar ali, porque eu tinha feito o Ensino Médio na EAJA. As dificuldades que encontrei no decorrer do curso para mim foram muitas, a principal foi à falta de conteúdo didático, por eu ter estudado por anos no Ensino regular, achava muito pouco o conteúdo dado, muito corrido o ensino (genérico), de forma que achava não estar sendo possível a absorção do conhecimento em tão pouco tempo. (ALBERTO RAMOS BIBIKOW, 50 anos).

Dessa forma, as relações de preconceito na EAJA devem ser desconstruídas e o ensino precisa melhorar, dando aos educandos o sentimento de identidade e autonomia, para que esses sujeitos participem ativamente da sociedade. Investir na formação de professores para a EAJA e garantir o direito à educação que foi negado a esses sujeitos

em sua idade regular pelos fatores sociais e históricos que eles enfrentaram.

O que deveria ser melhorado na EAJA para mim, seria colocar professores que estejam preparados pra lidar com alunos adultos que muitas das vezes ficaram por anos sem tocar em um livro! Então seria necessária uma pesquisa mais aprofundada do perfil de cada aluno pra ter uma abordagem mais direta de cada caso. Fazendo assim que realmente os educandos fossem preparados para encarar as dificuldades do mercado de trabalho com certa igualdade com os demais. (ALBERTO RAMOS BIBIKOW, 50 anos).

A EAJA é um lugar de troca de experiências, com um público diverso de diferentes idades, cores e motivos para estarem ali. É um espaço que deve ser utilizado para a formação integral do ser humano e para a emancipação do sujeito e não apenas para a formação de mão-de-obra que mantém o capital. Os estudantes da EAJA estão ali para cumprir objetivos, realizar sonhos e ascender socialmente por meio da educação:

Eu espero um dia terminar o EAJA com sucesso, não sei se vou conseguir com a situação atual em que estamos vivendo (Pandemia), mas espero sim terminar e conseguir seguir minha carreira de policial realizando meus sonhos e enfrentando os obstáculos. (ISABELA CAROLINE, 25 anos).

Portanto, para que a EAJA seja modificada é preciso desconstruir as relações de preconceito e melhorar as práticas pedagógicas vigentes, trazendo voz para o educando da EAJA, fazendo com que esses sujeitos sejam ouvidos e tenham seus sonhos, objetivos e vivências reconhecidos. Nesse contexto, no próximo capítulo iremos identificar essas práticas pedagógicas e mostrar como deve se dar a educação voltada para a emancipação do sujeito histórico-social.

CAPÍTULO III

As práticas pedagógicas como ferramentas para a desconstrução de preconceitos

Neste capítulo iremos discutir as possibilidades e tarefas das práticas pedagógicas para a desconstrução do preconceito e emancipação do sujeito na Educação de Adolescentes Jovens e Adultos. Assim como já vimos nos capítulos anteriores, a prática pedagógica tem um papel central na desconstrução de preconceitos, pois é somente através do conhecimento que podemos quebrar essas barreiras. Dessa forma ao longo do capítulo iremos mostrar como as práticas pedagógicas são importantes para a formação do sujeito emancipado e crítico, para isso será uma breve análise da Proposta Político Pedagógica (PPP) da Escola Mun. Prof. Moacir Monclair Brandão para ver como se dão essas práticas na realidade da EAJA.

As práticas pedagógicas são um conjunto de ações organizadas de forma intencional para atender determinadas especificações educacionais da sociedade. Essas práticas são feitas para atender a realidade dos educandos e sua ação fica encarregada de produzir o aprendizado. Nesse sentido, o educador tem papel de mediador que dialoga e conduz o processo de aprendizagem do educando. Dessa forma o PPP das escolas serve para organizar e estruturar essas práticas pedagógicas.

O Projeto Político Pedagógico é sem dúvida uma ferramenta que tem como principal objetivo melhor organizar a estrutura interior das instituições de ensino, auxiliando o trabalho da comunidade escolar em relação ao exercício do compromisso de todos, quanto às questões política e pedagógica. (PPP, 2019, p. 4)

A Escola Municipal Moacir Monclair Brandão, está localizada no Jardim América em uma região hoje centralizada do município de Goiânia, porém há algum tempo atrás era uma região periférica ocupada por trabalhadores e com a chegada de famílias de classe média, foi ficando valorizada. A escola foi inaugurada em 1981 e até hoje atende a comunidade da região, ofertando o ensino público da Educação Infantil 4 e 5 anos, Ensino Fundamental ciclos (I) (II) e EAJA primeira etapa. No ano de 2019, a escola tinha matriculado 426 educandos no diurno, 53 educandos do noturno (EAJA) e 65 servidores sendo eles 40 professores, todos com curso superior e pós-graduação, e 25 que ocupam cargo administrativo.

O Projeto Político Pedagógico, o PPP, como um documento norteador, serve para ajudar na organização, fundamentação e funcionamento da escola, esse documento

é feito

pelo corpo docente em todo começo de ano letivo. O PPP é feito a partir do projeto do ano anterior e serve como uma forma de avaliação e reparação das metas estabelecidas durante o ano letivo, como um documento público ele também serve para informar a comunidade de como ocorre o planejamento e funcionamento da escola em questão. No final do ano letivo é feita uma avaliação com o corpo docente para discutir as metas que foram atendidas e as que precisam ser retomadas no ano seguinte. Segundo o PPP (2019) uma das metas que teriam destaque nesse ano no turno diurno seriam o aumento da produção de leitura e escrita dos educandos, no noturno a diminuição da taxa de evasão e as melhorias físicas a serem feitas no prédio.

O PPP da escola precisa ser objetivo e transparente, pois é através dele que é construída a identidade da escola, ele precisa se basear na realidade e nele deve conter todas as informações principais sobre a instituição. O documento apresenta um histórico, um objetivo, a organização e funcionamento do ambiente escolar, um currículo, as metas a serem cumpridas, o planejamento e metodologia anual e também as características da avaliação, tudo isso é organizado durante o ano letivo e deve ser colocado em prática na realidade da comunidade escolar.

Os três princípios da educação básica podem orientar o projeto político pedagógico: o ético, que está relacionado à autonomia, à solidariedade, ao respeito às diferentes culturas, às singularidades e ao bem comum como um todo; a estética, que envolve a sensibilidade e os processos de criação, liberdade e ludicidade; e o político, no tocante à democracia e o direito à cidadania (PPP, 2019, p. 26).

Além de ser um documento norteador o PPP é uma proposta política que tem o caráter social e histórico, através desse documento podemos observar uma forma de lidar com a educação, são palavras repletas de intencionalidades, que carregam um valor ideológico mesmo que esse seja oculto. Nesse contexto, a análise do PPP e construção do PPP se faz de extrema importância para a desconstrução das relações de preconceito na sociedade, pois além de abranger e direcionar os educandos também aborda a realidade da comunidade e de suas famílias pertencentes. Dessa forma segundo o PPP (2019):

A educação que pretendemos proporcionar abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, assim ela deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Contribuindo para a construção de uma comunidade com cidadãos cada vez mais cientes de seus deveres e direitos. (PPP, 2019, p. 10).

Nesse sentido, a partir dessa concepção de formação humanitária e integral iremos analisar como se dá essa proposta na EAJA e se de fato ela se efetiva no cotidiano desses sujeitos.

Os educandos do noturno no ano de 2019 somavam um total de 53 alunos da 1ª etapa do fundamental, distribuídos em 3 turmas, sendo 1ª série, 2ª série e uma multisseriada de 3ª e 4ª série. Esses alunos são distribuídos e avançam nas turmas de acordo com avaliação pedagógica de seus conhecimentos, as idades também variam de 20 a 85 anos, grande parte desses estudantes são pretos e pardos, provenientes da região norte e nordeste do país que vieram para o Estado de Goiás tentar uma vida mais estável e uma maior oportunidade de crescimento profissional.

Os educandos da EAJA são, na maioria, trabalhadores autônomos e residem no próprio bairro ou trabalham nas proximidades da escola, com faixa etária de 20 a 85 anos. A maioria veio do interior de Goiás e das Regiões Norte e Nordeste, demonstram grande interesse no processo de alfabetização para melhorarem sua situação econômica e pessoal. Em 2019, iniciamos com novas matrículas, atendendo também um público mais jovem. O que chamou nossa atenção, pois nesse momento o perfil do educando da EAJA em nossa instituição torna-se mais heterogêneo. Nesse ano tivemos um aumento na procura pela EAJA, resultado da divulgação realizada por parte da escola e também da secretaria de educação. (PPP, 2019, p. 9)

A identidade da EAJA na escola é composta por jovens e adultos em sua maioria trabalhadores, que buscam objetivos como: alfabetização, melhorias na área profissional, alcance de metas e sonhos, aumento de renda, ressocialização e busca pelo conhecimento. Essas pessoas ficaram à margem da sociedade por não possuírem escolaridade e dessa forma várias oportunidades foram negadas para elas, ao entrar na EAJA elas têm a possibilidade de pertencer a sociedade de maneira ativa novamente e de não sofrer a exclusão da comunidade pela falta de escolarização e do analfabetismo. Segundo Freire (1981):

É necessário, na verdade, reconhecer que o analfabetismo não é em si um freio original. Resulta de um freio anterior e passa a tornar-se freio, ninguém é analfabeto por eleição, mas como consequência das condições objetivas em que se encontra. Em certas circunstâncias, “o analfabeto é o homem que não necessita ler* *”, em outras, é aquele ou aquela a quem foi negado o direito de ler. (FREIRE, 1981, p. 0).

Nesse contexto, o sujeito analfabeto sofre a exclusão da sociedade, não por escolha ou por “preguiça” de estudar na idade regular, mas sim pela falta de condições e de oportunidades. Muitos vivem na pobreza e precisam abandonar a escola ainda

crianças

para ajudar a sustentar a família, algumas mulheres excluídas do ensino por conta da gravidez precoce ou apenas pela responsabilidade imposta de serem mães e donas de casa ao mesmo tempo, outros perdem o interesse no ensino por esse se torna alheio a eles e não abordam a realidade que vivem. A educação que tem um caráter transformador no contexto desses sujeitos se torna uma ferramenta de exclusão e preconceito, quando eles retornam na EAJA é na intenção de sair das margens da sociedade, então a educação e alfabetização na EAJA precisa ter significado para esses educandos. De acordo com Freire (1981):

Para ser um ato de conhecimento, o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. Assim como não é possível linguagem sem pensamento e linguagem-pensamento sem o mundo a que se referem, a palavra humana é mais que um mero vocábulo – é palavração. Enquanto ato de conhecimento, a alfabetização, que leva a sério o problema da linguagem, deve ter como objeto também a ser desvelado as relações dos seres humanos com seu mundo. mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. Assim como não é possível linguagem sem pensamento e linguagem-pensamento sem o mundo a que se referem, a palavra humana é mais que um mero vocábulo – é palavração. Enquanto ato de conhecimento, a alfabetização, que leva a sério o problema da linguagem, deve ter como objeto também a ser desvelado as relações dos seres humanos com seu mundo. (FREIRE, 1981, p. 0)

Dessa maneira, a alfabetização não é apenas um método ou um processo, mas sim uma forma de conhecer e se relacionar com o mundo, a alfabetização é uma ação histórico-social que humaniza os sujeitos. Partindo desses conceitos de educação integral, nos surge a curiosidade de saber: Como esse processo de fato acontece na realidade da EAJA, onde os educandos são adultos repletos de vivências e conhecimentos prévios, em uma sala de aula com tanta diversidade de idades pensamentos, culturas e níveis de conhecimento? O Projeto Político Pedagógico é feito pensando nessa educação diversificada? Segundo o PPP (2019):

A educação que pretendemos proporcionar abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, assim ela deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Contribuindo para a construção de

uma

comunidade com cidadãos cada vez mais cientes de seus deveres e direitos. (PPP, 2019, p. 10).

O PPP da escola também tem como princípio e fundamentação a educação emancipadora e ao mesmo tempo a formação de um cidadão pronto para a convivência em sociedade. Porém somente essas concepções, colocadas genericamente, tornam o ensino na EAJA uma educação muito ampla e abstrata, pois na maioria das vezes algumas dessas ideias não se dão na prática do contexto escolar desses educandos. É preciso uma sistematização desses conceitos e a elaboração de um currículo próprio que norteie o processo de ensino-aprendizagem pensando nas especificidades e demandas desses alunos.

O currículo é um importante elemento dentro do contexto escolar, é um dos documentos que norteiam o trabalho dentro de sala de aula. Pensando nisso, nosso currículo é elaborado coletivamente pelos membros da escola, levando em consideração a realidade da mesma e dos educandos, de modo que propicie a diversidade de conteúdo, inclusão de educandos com necessidades especiais e atividade desenvolvida extraclasse. Buscamos também montar nosso currículo com orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também na Proposta Político-Pedagógica da Rede Municipal de Goiânia, buscando promover a interdisciplinaridade e incluir ações que visem o desenvolvimento social, intelectual e afetivo de nossos educandos. (PPP, 2019, p. 29).

Dessa maneira, o currículo escolar faz a organização dos conteúdos, abordagens, projetos a serem desenvolvidos e também das práticas sociais. No currículo escolar deve conter os principais conceitos e temas a serem trabalhados, para propiciar uma educação emancipadora é preciso que o currículo aborde a realidade dos sujeitos e considere seus conhecimentos prévios. Nesse contexto é preciso que ao elaborar o currículo se trabalhe com as especificidades dos educandos e considere o seu direito de expressão, pois será a partir desse currículo que se criara a identidade política e social da EAJA é preciso ouvir e dialogar com os educandos. Segundo Freire (1981):

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe está embutida neste descaso? (FREIRE, 1996, p. 0).

A reflexão que me proponho a fazer nesse contexto e a de que o currículo e o PPP da escola abordem de forma muito ampla a questão da educação voltada para a emancipação, é muito fácil colocar no PPP da escola que os educandos serão ouvidos e de que a o currículo escolar foi montado pensando em suas demandas, mas utilizar a BNCC como base para elaboração dessa proposta, pois a mesma nem sequer cita a EAJA em sua redação, pelo contrário generaliza as forma de aprendizagem e específica conteúdos para a Educação Infantil, Ensino Fundamental (I) (II) e Ensino Médio. Percebe-se que nesse sentido o documento não se preocupa em pensar um currículo para a modalidade EAJA e sim em adaptar formas de ensino dadas para crianças e adolescentes, no contexto de pessoas adultas dotadas de vivências.

Os adultos trazem consigo uma história mais longa de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo, sobre si mesmos, e isso faz com que eles tragam diferentes habilidades e dificuldades (em relação à criança e ao adolescente) e, provavelmente maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem. (PPP, 2019, p. 28).

Dessa forma é preciso que se trabalhe com essas definições de educação emancipadora para além do papel, é necessário transformar palavras em ações e em projetos que façam diferença na vida desses sujeitos. Não se pode simplesmente depositar conteúdo ou impor pensamentos, o diálogo deve existir para que os educandos tenham a chance de serem ouvidos, de participarem ativamente da criação do currículo ou do PPP da escola, pois afinal essa chance no passado já os foi negada e fazer isso novamente e privar essas pessoas de uma educação de qualidade o que se torna um ato de preconceito e discriminação. No ano de 2019 a escola ouviu os educandos enquanto a elaboração do Projeto Pedagógico:

Neste ano, os educandos da EAJA apresentaram em sua maioria o interesse pelo tema “Educação Financeira”. Visando atender aos seus anseios, vamos adaptar com novas ações o Projeto EU, CIDADADÃO DO MUNDO E SUAS DIVERSIDADES para também ser trabalhado no noturno. Os reagrupamentos e ações pedagógicas ao longo do ano serão pensados dentro da temática, buscaremos promover ações que contemplem e envolvam todos os profissionais da educação, assim como seus objetivos e conteúdo, buscando a interdisciplinaridade, pois 30 acreditamos que as contribuições de diferentes áreas e componentes curriculares, permitem aos educandos uma visão das diversas dimensões que constituem os fatos do seu cotidiano. Para a construção desse processo é imprescindível a escuta dos educandos para que aja o envolvimento deles e a construção do conhecimento. (PPP, 2019, p. 34).

Entretanto em 2019 quando esse projeto escolhido pelos educandos sobre Educação Financeira foi ser levado para sala de aula ele foi rapidamente modificado para um projeto voltado para a saúde e práticas higienistas, por ser considerado essas práticas como algo que os educandos realmente precisavam. Quando essas ações acontecem a educação de caráter emancipador se perde, pois a escola nega o direito de escolha e expressão dos educandos. Se esses sujeitos escolheram a Educação Financeira como algo que queriam estudar é porque essa questão afeta a sua realidade e faria diferença em suas vidas, já que a maioria dos educandos que frequentam a EAJA são provenientes de origem pobre e sonham por meio de sua formação e escolarização transformar suas realidades. Segundo Freire (1981):

Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, consciência de e ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação*. A prática consciente dos seres humanos, envolvendo reflexão, * A este respeito ver Paulo Freire, Educação como Prática da Liberdade. intencionalidade, temporalidade e transcendência* *, é diferente dos meros contatos dos animais com o mundo. (FREIRE, 1981, P. 0).

Nesse sentido a reflexão deve ser um dos maiores fundamentos na hora de elaborar o PPP, o Currículo Escolar e propor Projetos Pedagógicos. É necessário ter a noção de que esses educandos possuem vivências, autonomia e de que são seres em construção inacabados, pois para Freire (1996) “Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento.” Dessa forma a educação tem que ter um caráter transformador, que mude a vida desses sujeitos e que seja feita de ações significativas. Enquanto a desconstrução do preconceito na EAJA é preciso que essas relações sejam refletidas desde a criação do currículo e do PPP e sejam trazidas para as salas de aulas abordando a realidade dos alunos. De acordo com Freire (1996):

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. (FREIRE, 1996)

Portanto, para que se desconstrua o preconceito na EAJA é necessário dar voz aos educandos, alimentar o diálogo, enriquecer a relação professor-aluno e principalmente

refletir antes da elaboração de seu currículo. Pois somente através do conhecimento podemos derrubar as barreiras do preconceito em todas as esferas da sociedade, começando pela educação e transformação da realidade desses sujeitos que fazem parte da EAJA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante sua trajetória o trabalho buscou problematizar sobre a desconstrução do preconceito na Educação de Adolescentes Jovens e Adultos, para isso fizemos uma breve análise e retomada desde a origem dessas relações de preconceito até como elas se estabelecem dentro da sociedade. O primeiro capítulo mostra como essas relações surgem, a ideia de fazer um julgamento pré-concebido de algo ainda desconhecido, por meio dessas relações o preconceito vem a cada dia tomando mais espaço dentro da nossa sociedade garantindo a segregação de grupos e exclusão de pessoas da sociedade.

As atitudes preconceituosas se manifestam por meio de palavras, gestos, ações e até mesmo pensamentos, fazendo com que existam a criação de estereótipos e generalizações de padrões. A escola como um ambiente de transformação e emancipação tem o dever de desconstruir essas relações desde a Educação Infantil até a EAJA pois somente através do conhecimento essas relações podem ser quebradas. O preconceito pode se manifestar de forma violenta e causar traumas irreversíveis na vida das pessoas, dentro da sociedade em que vivemos atualmente algumas dessas relações já foram normalizadas e as pessoas deixaram de se importar com esses acontecimentos.

O individualismo fruto da alienação do capitalismo e a competitividade exacerbada faz com as pessoas deixem de se importarem com os outros o pensar coletivo se torna inexistente e aí onde a desumanização do sujeito acontece. Nesse sentido é importante problematizar e refletir sobre como essas relações de preconceito podem abalar a nossa sociedade e trazer a violência para nossas vidas. É necessário conhecer o outro, ter empatia e se colocar no lugar das outras pessoas. É preciso acima de tudo, se perguntar como nós nos sentiríamos se isso acontecesse com a gente? De que forma isso afetaria a nossa vida? Nós passamos por alguma situação de preconceito ao longo da vida? Como podemos desconstruir essas relações e aprender a respeitar as diferenças?

Dentro da escola lugar de formação de capital humano pensar as relações de preconceito se torna algo fundamental principalmente na realidade em que vivemos hoje em dia, mas para que isso aconteça de forma efetiva é preciso primeiro conhecer objeto que estamos estudando, para ao invés de reproduzir relações preconceituosas possamos desconstruir essas práticas e foi isso que fizemos no segundo capítulo abordando a história social da EAJA e conhecendo seus integrantes a partir dos seus relatos e vozes.

A EAJA nasce como uma ferramenta de produção de mão de obra, sempre voltada para o trabalho e com o estereótipo de educação genérica e aligeirada, a EAJA preocupada apenas para a profissionalização deixa o sujeito alienado e o excluí novamente da participação ativa da sociedade. Os educandos dessa modalidade são repletos de vivências e conhecimentos prévios, carregam com si a experiência de uma vida e muitos conceitos a serem desenvolvidos. Em sua maioria são trabalhadores, pretos e pardos, de baixa classe econômica e que em algum momento da vida tiveram que deixar os estudos por falta de oportunidades ou para garantirem seu próprio sustento, esses sujeitos carregam o fardo do preconceito por sua falta de escolaridade.

Através do conhecimento da realidade desses estudantes que já passaram por tantas traumas e discriminações na vida, podemos verificar a importância de desconstruir o preconceito na EAJA, pois por conta do preconceito esses indivíduos já foram excluídos da sociedade anteriormente e quando retornam a escola em sua fase adulta querem reivindicar o direito que os foi negado, querem participar da sociedade ativamente, querem possuir as mesmas oportunidades que são ofertadas para quem teve seus estudos concluídos, para alcançar uma vida melhor e transformar a sua realidade.

No terceiro capítulo mostramos que para que essa desconstrução do preconceito de fato aconteça é preciso refletir sobre as práticas pedagógicas utilizadas no contexto da EAJA e de como é importante a criação de um currículo concreto que trabalhe com o diálogo entre o corpo docente e os educandos para a não reprodução das relações de preconceito dentro da escola. A análise do PPP da escola nesse sentido serviu como peça chave nesse processo, pois verificamos que no papel o preconceito e a diversidade são pouco citados e quando citadas essas ações são feitas de forma muito ampla e generalista o que também acontece no desenvolvimento desses projetos.

Portanto verificamos também ao longo do trabalho que desconstruir as relações de preconceito é um desafio extremamente difícil, mas não impossível. Para que isso de fato aconteça é preciso um esforço coletivo, é necessário ter acesso ao conhecimento por meio da educação para que essa emancipe o sujeito e transforme a sua realidade. Somente assim esses sujeitos poderão participar ativamente da sociedade e serem agentes na desconstrução do preconceito ajudando na transformação de suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BANDURA, A. Modelação In: Bandura, Albert; Azzi Roberta Gurgel; Polydoro, Soely. Teoria social cognitiva: conceitos básicos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CROCHIK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 07 dez. 2020.

FREIRE, Paulo. a Ação cultural para a liberdade. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire, - São Paulo: Paz e Terra, 1996, - (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 17ª, ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Anna; BENITE, Cláudio; PEREIRA, Viviane. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. vol.18 no.67 Rio de Janeiro Apr./ June 2010. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/preconceito/>.

GADOTTI, Moacir. Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos / Moacir Gadotti. — 1. ed. — São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014.

[http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/matriculas-na-](http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/matriculas-na)

educacao-de-jovens-e-adultos-cai-3-3-milhoes-de-estudantes-na-eja-em-2019/21206

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos: após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 429-451, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acessado em 18 abril. 2020.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acessado em 07 dez. 2020.

PPP- Proposta Política Pedagógica. Escola Municipal Prof. Moacir Monclar Brandão, Goiânia-GO- 2019.

PRECONCEITO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/preconceito/>>. Acesso em: 03/04/2021.

SÃO PAULO: Saraiva, 1996. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.